



Empresa de Planejamento e Logística S.A.

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO DE LOGÍSTICA

Estudo Técnico Preliminar da Contratação/COLOG-EPL/GELTI-EPL/DGE-EPL-EPL

Brasília, 25 de maio de 2020.

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
17/06/2020	2.0	Adequação ao SEI	Breno Almeida Souza
19/06/2020	3.0	Implementação das sugestões da GELIC	Hugo Teixeira

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO**INTRODUÇÃO**

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

1. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens nacionais e internacionais por meio de voos comerciais, bem como serviço de intermediação de hospedagem.

1.2. Os serviços a serem prestados constituem-se em agenciamento de viagens e outras atividades correlatas, tais como os serviços de emissão, remarcação, reembolso e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo montagem de roteiros, emissão de seguro de assistência à saúde em viagem internacional, bem como o fornecimento de todos os insumos necessários à execução dos serviços, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para o atendimento às necessidades de deslocamento de empregados, autoridades e colaboradores eventuais e ainda o pagamento de despesas e taxas de intermediação de hospedagem, a serviço e no desempenho das atividades Institucionais da EPL.

2. REFERÊNCIAS LEGAIS

2.1. A legislação do setor de agenciamento de viagens engloba Leis, Decretos, Instruções Normativas, Portarias e Orientações dos órgãos de regulação do setor. Dessa forma, busca-se com a lista de normas abaixo indicar os normativos de regência mais básicos e relacionados ao agenciamento de viagens e que devem ser observados pela prestadora de serviços. Cabe ressaltar que a empresa licitante também estará obrigada a obedecer ao amplo sistema de normas que tratam do tema.

2.2. Assim, ressalta-se que a presente lista é meramente exemplificativa e visa orientar a equipe de planejamento, o licitante e a empresa contratada quanto as suas obrigações na prestação dos serviços.

TABELA 1	
TIPO / NÚMERO	EMENTA
Decreto-Lei n.º 200/1967	Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.
Lei n.º 10.520/2002	Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
Decreto n.º 7.892/2013	Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Lei n.º 12.974/2014	Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.
Lei n.º 9.430/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.
Decreto Distrital n.º 18.955/1997	Regulamento do ICMS – RICMS/97.
Decreto n.º 71.733/1973	Regulamenta a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.

Decreto n.º 91.800/1985	Dispõe sobre viagens ao exterior, a serviço ou com o fim de aperfeiçoamento sem nomeação ou designação, e dá outras providências.
IN n.º 03/2015	Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
IN n.º 05/2018 e alterações	Altera o art. 18 da Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015
IN n.º 01/2014	Orientação para os órgãos públicos incluírem nas rotinas de fiscalização e controle, a conferência dos valores pagos às agências de viagens com os valores constantes das faturas emitidas pelas companhias aéreas, por meio de cruzamento eletrônico de dados ou por conferência manual dos dados, integrais ou selecionados por amostragem
Lei n.º 13.303/2016	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Regulamentos	De licitações e de gestão e fiscalização de contratos da EPL S/A.

3. ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

3.1. Do histórico de contratações da EPL, verifica-se que em 26/11/2018 foi celebrado o **Contrato n.º 21/2018**, cujo objeto é a prestação de serviços de agenciamento de viagens para voos regulares domésticos e internacionais, conforme tabela abaixo:

TABELA 2		
ITEM	DESCRIÇÃO	O SERVIÇO COMPREENDE
1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos.	Assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem.
2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais.	Assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem, cotação e emissão de seguro viagem.
3	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagem – voos domésticos e voos internacionais.	Alteração, cancelamento e reembolso.
4	Repasse – voos domésticos.	Valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos.
5	Repasse – voos internacionais.	Valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos internacionais adquiridos.
6	Repasse – seguro viagem.	Valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados.

3.2. Durante a vigência do primeiro ciclo contratual, a Fiscalização propôs, em 22/10/2019, por meio do **Despacho n.º 226/2019-COLOG/GELTI/DGE**, a prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses e, com vistas a adequar o contrato aos novos cenários, a supressão de 40% (quarenta por cento) do quantitativo dos itens inicialmente contratados. Assim, as modificações foram registradas no instrumento de alteração contratual, a saber, o 1º Termo Aditivo, celebrado em 25/11/2019, que passou a vigorar com os seguintes quantitativos:

TABELA 3				
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
1.	Emissão de BILHETES DE PASSAGEM – VOOS DOMÉSTICOS	Tx. Serv.	406	0,00
2.	Emissão de BILHETES DE PASSAGEM – VOOS INTERNACIONAIS	Tx. Serv.	53	0,00
3.	Alteração e cancelamento de BILHETES DE PASSAGEM	Tx. Serv.	300	0,00
4.	Repasse – VOOS DOMÉSTICOS	Repasse	406	643.676,46
5.	Repasse – VOOS INTERNACIONAIS	Repasse	53	243.374,41
6.	Repasse – SEGURO VIAGEM	Repasse	53	14.976,74

3.3. Apesar disso, verificou-se que a contratação não possuía em seu objeto a prestação de serviços de agenciamento de hospedagem. Tal lacuna gerou uma necessidade a ser satisfeita, um dos motivos pelos quais foi autuado o presente processo de contratação.

3.4. Com isso, emerge a possibilidade de estruturação, no bojo deste Estudo Técnico Preliminar, da prestação de serviços de hospedagem. Tal procedimento viabiliza também a reparação da ausência dessa disposição no Contrato n.º 21/2018 e a remoção de determinações que, na prática, contribuem apenas para a burocratização excessiva da execução contratual, sendo, por vezes, dotadas de ineficácia, tais como a previsão de atendimento de ligações telefônicas no prazo de até um minuto, diferenciação entre os prazos de atendimento de demandas nacionais e internacionais e supervalorização das comunicações realizadas por *e-mail* em detrimento de outros meios de trocas de informações.

3.5. Assim, observamos a necessidade de aprimoramento da **matriz de tratamento de riscos** e da fundamentação técnica dos princípios e normas norteadores dos nichos de viagens e hospedagem. Esta fundamentação técnica servirá de subsídio para a tomada de decisões e como parâmetro para a aferição da qualidade mínima exigida da empresa contratante, bem como para a correta compreensão da volatilidade econômica do mercado afim, de forma a permitir a execução do contrato com vistas ao suprimento da necessidade evidenciada.

4. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação visa à satisfação da necessidade por meio da celebração de um contrato de **prestação de serviços**, que possuirá natureza de **execução continuada**, pois o seu cumprimento se dará de forma permanente e por mais de um exercício financeiro, sendo essencial para assegurar o funcionamento das atividades finalísticas da EPL. Tal entendimento está alinhado ao estabelecido pelo art. 15, da IN SLTI n.º 05/2017.

4.2. Os serviços serão destinados a atender as demandas de emissão, alteração e cancelamento de bilhetes aéreos nacionais e internacionais e de hospedagem dos profissionais da Empresa de Planejamento e Logística – EPL, bem como dos convidados, colaboradores eventuais, membros de colegiados e dos demais profissionais designados para a realização de viagens de interesse da EPL.

4.3. Assim, prover locomoção aérea e hospedagem aos profissionais da EPL se constitui em necessidade que visa o pleno cumprimento das atividades finalísticas da entidade, sendo portanto, serviço essencial ao desenvolvimento institucional, estando ainda ligado às atividades de naturezas variadas, tais como participação em congressos, conferências, reuniões, fiscalização, audiências públicas e outras que contribuem para a expansão dos negócios de interesse desta estatal.

4.4. Dessarte, a expansão dos negócios da EPL por todo o território brasileiro e sua participação ativa nas estruturas de projetos de relevante interesse nacional impõem a esta Gerência de Logística e Tecnologia da Informação o dever de conceber uma infraestrutura logística integrada e capaz de dar suporte ao avanço da Empresa.

5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5.1. A contratação estará alinhada aos objetivos previstos no:

5.1.1. **Planejamento Estratégico Institucional - PEI, Perspectiva "Organização Interna", Tema "Governança": "Garantir uma cultura organizacional com foco em resultado".**

5.1.2. **Regimento Interno, art. 16, inciso III, letra "h": "gerir a cadeia de serviços logísticos da EPL".**

5.1.3. **Plano Anual de Contratações de 2020**, em atendimento às disposições da DIREX n.º 03/2020.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A prestação dos serviços não será capaz de gerar vínculo empregatício entre os profissionais da contratada e a EPL, tendo em vista que serão vedadas as relações de pessoalidade e subordinação direta entre os profissionais envolvidos na execução dos serviços.

6.2. Nos termos do art. 71, *caput*, da Lei n.º 13.303/2016, o contrato terá vigência de 36 meses. A escolha do prazo de vigência inicial do Contrato como igual ao máximo permitido em lei se dá em razão do preço fixo para a execução dos serviços de agenciamento, que, por via de regra, não sofrerão oscilações, mas obedecerão a tabela prefixada. Ao que pese isso, tendo em vista a possibilidade de surgimento de novas soluções de mercado, deverá ser realizada a avaliação periódica da vantajosidade do contrato.

6.3. Local e de horário da prestação dos serviços

6.3.1. Os serviços deverão ser executados conforme indicação havida na solicitação, em todo território nacional e internacional, a critério da EPL, sendo que os processos e trâmites internos deverão estar alinhados aos procedimentos definidos em Norma Interna.

6.3.2. Todos os atos de gestão e administração da contratação, previstos no **Regulamento de Gestão e Fiscalização de Contratos** e em outro instrumento normativo, se houver, deverão ser exercidos a partir da sede da Empresa de Planejamento e Logística S/A - EPL, no endereço Edifício Parque Cidade Corporate – Torre C, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Edifício "C", 7º e 8º andares, Brasília – DF, CEP 70.308-200.

6.3.2.1. Na hipótese de alteração de endereço da sede da EPL, o disposto no item anterior poderá ser executado em novo endereço, situado em Brasília-DF, mediante comunicação prévia e por escrito à empresa contratada.

6.3.2.2. Serão admitidas as práticas de atos de Gestão e Fiscalização por meio de contas de correio eletrônico, desde que estas estejam previamente autorizadas por escrito pela Fiscalização e integrem o domínio "*@epl.gov.br*".

6.3.3. Os serviços contratados deverão funcionar ininterruptamente, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, sendo válidas as solicitações de serviço realizadas por meio de contas de correio eletrônico que integrem o domínio "*@epl.gov.br*" ou por meio de outro canal de comunicação previamente acordado e autorizado pela Fiscalização.

6.4. Preliminares

6.4.1. Trata-se de condição necessária à execução dos trabalhos o comprovado *know-how* da empresa prestadora de serviços quanto a utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, especialmente do módulo disponibilizado às agências de viagens. Isto garantirá que a empresa preste os serviços conforme desejado pela EPL.

6.4.1.1. O acesso ao módulo de operação da agência de viagens ao SCDP será concedido pela EPL no início da vigência contratual, por meio de usuário e senha de titularidade exclusiva da empresa contratada, no prazo máximo a ser definido no Termo de Referência

6.4.1.2. A comprovação do conjunto de conhecimentos técnicos e práticos da empresa acerca da prestação dos serviços, objeto do contrato, deverá atestar a capacidade técnico-operacional da empresa.

6.4.1.3. São ainda indispensáveis para a capacidade comprovação de capacidade técnica-operacional: a) apresentação de certificado de cadastro junto ao Ministério do Turismo (Lei n.º 11.771/2008, art. 22 e Decreto n.º 7.381/2010, art. 18), e; b) Apresentação de ato de registro perante a *International Air Transport Association (IATA)* registrado no cartório de títulos e documentos, juntamente com a sua tradução juramentada, ou contrato com Consolidadora, e; c) Declaração de que é proprietária ou de que possui licença de uso de sistema operacional eletrônico habilitado e interligado com as bases de dados e sites das companhias aéreas brasileiras com voos domésticos regulares e das principais companhias aéreas estrangeiras e dos principais sistemas GDS disponíveis no mercado, e; d) Atestado de Capacidade Técnica emitido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, demonstrando que executa ou executou contrato de prestação de serviços de agenciamento de viagens e fornecimento de bilhete de passagem, concomitantemente, em quantidades somadas correspondentes ao mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades de bilhetes de passagem de voos domésticos e ao mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades de bilhetes de passagem de voos internacionais, bem como 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades de *vouchers* de hospedagem, considerando as estimativas previstas neste Estudo Técnico Preliminar.

6.4.2. Considera-se fundamental que a empresa contratada disponha de ferramenta de gestão de viagens corporativas que automatize a cotação de passagens aéreas e de hospedagem nos principais hotéis da região onde será executada a missão da viagem a serviço. A plataforma deverá ser capaz de realizar cotações, reservas, emissões de bilhetes e/ou *vouchers* e armazenamento e emissão de relatórios.

6.4.2.1. Os acessos ao sistema deverão ser concedidos pela empresa contratada aos profissionais da EPL indicados pela Fiscalização no momento de início da execução dos serviços, por meio de usuário e senha pessoais, no prazo máximo a ser definido no Termo de Referência.

6.4.2.2. A possibilidade de acesso ao sistema por parte dos profissionais da EPL não reduzirá a responsabilidade da empresa contratada em relação à realização dos serviços solicitados pela Fiscalização ou pelos profissionais designados como solicitantes dos serviços, especialmente no que tange à triagem dos bilhetes emitidos, verificando sua adequação ao que foi solicitado pela EPL, responsabilizando-se por quaisquer inconformidades e despesas decorrentes de erro.

6.5. Qualidade dos serviços

6.5.1. O Projeto Básico/ Termo de Referência deverá contemplar instrumentos de medição da qualidade dos serviços, de forma a garantir que a empresa contratada mantenha durante toda a execução contratual serviços de hospedagem de boa qualidade, com bom atendimento, profissionalismo e esforço, que busque entender a necessidade do hóspede e que solucione os problemas inerentes ao estabelecimento de hospedagem com agilidade e solicitude, cumprindo prazos e empregando comportamentos éticos, empáticos e íntegros.

6.6. Discrição e confidencialidade

6.6.1. Dada a tramitação contínua de informações pessoais dos usuários e sigilosas da EPL, exige-se que o Projeto Básico/ Termo de Referência estabeleça a confidencialidade das informações do contrato, proibindo a licitante vencedora de divulgar e/ou fornecer quaisquer dados obtidos em razão da relação contratual, bem como a não utilização do nome da EPL para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo se houver autorização por escrito da EPL.

6.7. Definições dos serviços

6.7.1. Constituem elementos da prestação dos serviços:

6.7.1.1. **Assessoria:** acompanhamento de toda a execução dos trabalhos de cotação de preços, escolha da melhor solução de voo e/ou hospedagem, incluindo o aconselhamento acerca dos melhores roteiros e horários, informações acerca de eventuais restrições existentes nos aeroportos e verificação da compatibilidade dos voos indicados com as datas e horários especificados no SCDP.

6.7.1.2. **Cotação:** confecção de relatório de preços com todos os voos, *vouchers* de seguro-viagem e principais hotéis disponíveis para os trechos especificados pela EPL, por ordem de preço, categoria, horário do voo, tempo de voo ou outra acordada com a Fiscalização.

6.7.1.3. **Reserva:** confirmação de interesse no assento do voo ou lugar em hotel, com taxação real de custos, porém sujeitos à alteração.

6.7.1.4. **Emissão:** emissão de *voucher*, após validação de dados, de bilhetes de passagens nacionais e internacionais, seguro-viagem e hotéis.

6.7.1.5. **Alteração:** alteração das informações dos bilhetes de passagens nacionais e internacionais, de seguro-viagem ou *voucher*, inclusive de datas e trechos, mediante solicitação.

6.7.1.6. **Cancelamento:** anulação do bilhete ou *voucher* emitido.

6.7.1.7. **Reembolso:** devolução de créditos à EPL em razão de bilhete ou *voucher* cancelado ou com status de *no-show*, mediante critérios próprios.

6.8. Atendimento e suporte da contratada

6.8.1. Manter, em caráter permanente e de forma ininterrupta, central de atendimento com acionamento por meio do SCDP, correio eletrônico, telefone ou outro canal de comunicação estabelecido entre as partes, todos com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

6.8.1.1. Para recepção das solicitações registradas no SCDP, a empresa receberá usuário e senha de acesso a módulo específico do sistema, que possibilitará a visualização das solicitações em aberto.

6.8.1.2. Para recepcionar as solicitações por meio de correio eletrônico, telefone ou outro canal de comunicação estabelecido entre as partes, a empresa deverá fornecer à EPL, antes do início da prestação dos serviços, todas as informações de contato.

6.8.1.3. O atendimento de todas as solicitações de serviço deverá ocorrer em até 2 (duas) horas após o momento da solicitação.

6.8.2. Manter o registro de todas as solicitações realizadas pelos canais listados acima.

6.8.3. Realizar procedimento de identificação dos profissionais que solicitarem serviços em nome da EPL, de forma a evitar a execução de serviços não autorizados, mediante confirmação de alguns de seus dados pessoais ou outros que julgar necessários.

6.8.3.1. A Fiscalização deverá, em prazo a ser definido no Termo de Referência, após a assinatura do contrato, disponibilizar à contratada relação contendo as informações dos profissionais autorizados a solicitar serviços em nome da EPL.

6.8.4. Os bilhetes de passagem, seguro-viagem ou *voucher* emitidos com autorização via correio eletrônico ou telefone deverão estar vinculados a uma PCDP, sendo excepcionalmente permitida a emissão antes do registro da mesma, estando a EPL vinculada à criação da respectiva PCDP no primeiro dia útil subsequente, com a juntada de todos os bilhetes associados e documentações comprobatórias.

6.8.4.1. Caso a impossibilidade de formalização da demanda por meio do SCDP perdure além do primeiro dia útil subsequente à data da solicitação, o comprovante da solicitação constituirá documento hábil para substituir a PCDP para fins de faturamento, sem excluir a necessidade de regularização no sistema no prazo de até 3 (três) dias úteis.

6.9. A empresa contratada prestará os serviços de emissão e alteração de bilhetes de passagem nacionais, emissão e alteração de bilhetes de passagem internacionais, emissão de *vouchers* de seguro-viagem e emissão de voucher de hospedagem.

6.9.1. Todos os serviços descritos neste tópico compreendem a assessoria, cotação, reserva, emissão, alteração, cancelamento e reembolso.

6.9.2. A **assessoria** consiste no auxílio à EPL na análise e escolha de melhores opções de voos, seguro-viagem e hospedagem.

6.9.3. A **cotação** do bilhete ou *voucher* é responsabilidade da contratada e deverá refletir com exatidão as informações atualizadas de todos os voos e hospedagens disponíveis nas datas solicitadas, consideradas inclusive as promoções tarifárias vigentes.

6.9.4. A **reserva** do bilhete ou *voucher* é responsabilidade da contratada e deverá ser discriminada com base nas informações de cotação contidas na etapa anterior

6.9.5. A **emissão** do bilhete ou *voucher* será realizada pela contratada, observando as etapas anteriores e as informações contidas no SCDP.

6.9.6. A **alteração** do bilhete ou *voucher* deve ser precedida de nova cotação. Tal ação visa subsidiar a decisão sobre a alteração ou cancelamento seguido de nova emissão.

6.9.7. O **cancelamento** do bilhete ou *voucher* deverá ser realizado no prazo de até 30 (trinta) minutos após a solicitação, objetivando a isenção da cobrança de taxa de *no-show* quando possível e de acordo com as regras da companhia aérea e/ou da rede hoteleira.

6.9.8. A contratada deverá adotar todas as medidas necessárias à efetivação do **reembolso** à EPL, tão logo lhe seja solicitado o cancelamento do bilhete ou *voucher*, ou quando da ocorrência de *no-show*.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

7.1. Quanto às soluções a contratar, três escolhas seriam as possíveis:

Id	Descrição da solução
1	<p>Manutenção do Contrato n.º 21/2018 (Cerrado Viagens) e efetivação de contratação paralela, cujo objeto seria, exclusivamente, a intermediação de serviços de hospedagem:</p> <p>O Contrato n.º 21/2018, firmado entre a EPL e a empresa Cerrado Viagens EIRELI, possui como objeto a prestação de serviços de agenciamento de viagens para voos regulares domésticos e internacionais. Entretanto, ao pese a contratação prever o fornecimento de serviços de agenciamento de viagens nacionais e internacionais, incluindo seguro-viagem, quando for o caso, não há a previsão contratual de intermediação de serviços de hospedagem. Na hipótese de manutenção desse contrato, dever-se-á, a fim de atender a necessidade da EPL, realizar outra contratação para que haja vigência concomitante, dedicada aos serviços de hospedagem.</p> <p>Nessa hipótese, surgiriam os custos administrativos inerentes à gestão de uma nova contratação. Haveria a necessidade de fiscalizar, por meio de outro Fiscal designado, as hospedagens realizadas para cada viagem. Assim, dada a conectividade operacional e administrativa existente entre as duas contratações, não se vê vantagem em assim proceder, sendo mais lógico a unificação dos objetos em uma única contratação, haja vista a similaridade natural entre ambos e a possibilidade de conseguir melhores preços e eventuais descontos.</p>
2	<p>Novo processo licitatório, com inclusão dos serviços de hospedagem no escopo da contratação:</p> <p>Tal solução já é amplamente adotada por outras Empresas Públicas, tais como a Caixa Econômica Federal e a Empresa de Planejamento Energético – EPE, bem como pelo Banco do Brasil e pela Secretaria de Estado da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, que por meio do Pregão Eletrônico n.º 040/2019-SEFP/SAGA/SCG, procedeu à contratação dos serviços de empresas agenciadoras de viagens nacionais e internacionais, previu o fornecimento de hospedagens em hotéis com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária. Nos certames em referência verifica-se o estabelecimento de categorias dos hotéis qualificáveis entre 3 (três) e 5 (cinco) estrelas.</p>
3	<p>Aquisição direta de passagens aéreas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF:</p> <p>Trata-se de modelo de compra de passagens aéreas estabelecido por meio da Medida Provisória n.º 877/2019, do Presidente da República, cuja vigência foi encerrada e divulgada no Diário do Congresso Nacional, na edição de 08/08/2019. Nessa solução, ao que pese não possibilitar a aquisição de serviços de hospedagem, representaria grande margem de economia à aquisição de bilhetes nacionais. Resta inviabilizada em razão da não previsão legislativa.</p>

7.2. **Análise Comparativa de Soluções com justificativa para a solução escolhida**

7.2.1. O presente tópico consiste em uma análise objetiva entre as diferentes soluções.

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
Diminuição de custos com mão-de-obra por hora do corpo técnico/administrativo da EPL.	Solução 1		X	
	Solução 2	X		
	Solução 3		X	
Realização de um único procedimento licitatório, com consequente economia processual.	Solução 1		X	
	Solução 2	X		
	Solução 3		X	
Simplificação das atividades relativas à fiscalização contratual e de execução dos serviços.	Solução 1		X	
	Solução 2	X		
	Solução 3		X	

7.3. **Justificativa da solução escolhida**7.3.1. A **Solução n.º 2** se mostra mais viável à EPL pelas seguintes razões:

7.3.1.1. Proporcionará diminuição de custos com mão-de-obra por hora do corpo técnico/administrativo da EPL, a julgar pela execução de serviços de natureza semelhante por meio de um único contrato, que exigirá uma única atividade contínua de controle de execução e pagamento de faturas.

7.3.1.2. Demandará a realização de um único procedimento licitatório. Tal procedimento será capaz de gerar maior economia processual, haja vista que a contratação dos diversos serviços em um único certame dispensará a realização de múltiplas etapas de planejamento, seleção de fornecedores e assinatura de contrato reduzido a termo.

7.3.1.3. Simplificará a medição mensal das demandas de serviço, tendo em vista que uma única empresa receberá o encargo de gerar os relatórios de medição dos bilhetes aéreos adquiridos, que serão facilmente associados às respectivas reservas de hotéis utilizadas.

8. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

8.1. Os serviços de agenciamento de viagens nacionais e internacionais e intermediação de hospedagem deverão ser executados de forma a observar as especificações técnicas e princípios inicialmente estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar – ETP, ressaltando todas as funcionalidades a serem especificadas no Termo de Referência do projeto e, posteriormente, no instrumento convocatório.

8.2. Em 27 de março de 2019, o Departamento de Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal publicou a **Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira n.º 12/2019**, destinada à Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre a Medida Provisória n.º 877/2019, que altera a Lei n.º 9.430, de dezembro de 1996, que dispõe acerca da dispensa de retenção de tributos federais na aquisição de passagens aéreas pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública Federal, que viabiliza, assim, a execução do modelo de compra direta de passagens junto às companhias aéreas pela Administração, mediante a utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF. Na referida Nota Técnica, o departamento avaliou que as Medidas Provisórias, como atos originadores de normas com força de lei, possuem lugar apenas para atender a situações urgentes e relevantes que sejam incapazes de serem atendidas pela via legislativa ordinária. Avaliou ainda que tal análise não é escopo daquele documento, restando-se apenas a citar o art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal, *in verbis*:

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”.

8.3. Assim, considerando a publicação no **Diário do Congresso Nacional n.º 27** de 2019, ocorrida em 08/08/2019, em que consta o encerramento do prazo de vigência da **Medida Provisória n.º 877/2019** sem que houvesse votação, restou inviabilizada a execução do modelo de aquisição direta de passagens aéreas, tornando necessário o retorno dos órgãos e entidades da Administração Federal à aquisição por meio de contratação de empresas agenciadoras de viagens. Dessarte, a solução buscada pela EPL, dado as especificidades das contratações relacionadas às compras de passagens aéreas, que representam significativamente os gargalos presentes na Administração Pública, consiste na realização de procedimento licitatório com fins a contratar agência de viagem que pesquise, emita, remarque e cancele as passagens aéreas de forma alinhada aos interesses da EPL, bem como que realize a intermediação junto a empresas do ramo hoteleiro a fim de promover hospedagem temporária aos profissionais a serviço desta empresa pública.

8.4. Acerca do tema destacado no item acima, exigem-se das empresas participantes do vindouro certame que sejam integradas por profissionais com comprovado *expertise* na operação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, haja vista ser esta a solução tecnológica que dá suporte operacional à EPL. O referido sistema presta a sua utilidade de forma a abranger a concessão, registro, acompanhamento, gestão e controle de diárias e passagens aéreas. Além disso, o SCDP sofreu inúmeras melhorias e incrementos desde a sua implementação, sendo de grande utilidade para garantir agilidade ao processo de concessão, pois está apto a acessar, buscar, reservar, emitir e gerir as passagens aéreas que por ele são adquiridas, garantindo à entidade a melhor eficiência e a maior eficácia nos processos de auditoria, controle e prestação de contas.

8.5. Como se pode inferir, exige-se ainda que a empresa agenciadora possua poder de negociação junto às companhias aéreas e às redes hoteleiras, bem como que tenha a sua disposição ferramenta de gestão de viagens corporativas que permita a cotação de passagens aéreas e de hospedagem nos hotéis com os quais possua parcerias. A plataforma deverá ainda ser capaz de realizar reservas, emissão de *vouchers* de reserva, armazenamento e emissão de relatórios e demais informações relevantes e úteis para tornar a comunicação entre agência e companhia aérea e/ou rede hoteleira mais fluida e célere, de forma a garantir ganhos de tempo e economia aos envolvidos, inclusive à EPL. Verifica-se ainda ser de grande valia que a agência forneça aos usuários indicados pela Fiscalização perfil de acesso ao sistema, a fim de realizar as operações em situações de grande urgência, o que não a eximirá de cumprir integralmente o seu papel enquanto contratada.

8.6. Pela via ordinária, todas as emissões de bilhetes aéreos deverão ocorrer pelo SCDP, com exceção daquelas emissões autorizadas por mensagem eletrônica e cuja excepcionalidade seja devidamente comprovada pela situação fática que a acompanhar, situação em que será admitida a inserção póstuma da demanda no SCDP, bem como da emissão dos *vouchers* de reservas junto aos hotéis contratados, que será realizada por canal a ser indicado pela EPL e validado com a empresa contratada. Dentre os já mencionados benefícios na utilização do SCDP como meio ordinário de aquisição de passagens aéreas, temos:

8.6.1. Execução eletrônica de diárias e passagens, o que eleva o nível de confiabilidade dos processos.

8.6.2. Sistema totalmente integrado, evitando a redundância e a consequente inconsistência de dados.

8.6.3. Acompanhamento de trechos e viagens e conexões nacionais e internacionais.

8.6.4. Cálculo automático de valores de diárias, despesas com locomoção e descontos com vale-alimentação, dentro de tabelas específicas, enquadradas às diversas regiões do país.

8.6.5. Atualização constante dos valores das taxas de diárias.

8.6.6. Consulta *on-line* e emissão automatizada de relatórios gerenciais de acompanhamento.

8.7. A obrigatoriedade de utilização do SCDP está prevista no **Decreto n.º 5.992**, de 19 de dezembro de 2016 e sua efetividade se dá no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. Entretanto, o instrumento não determina a obrigatoriedade por parte das empresas públicas, tal qual a EPL. Restou à entidade normatizar acerca da utilização do Sistema nos processos de concessão de diárias e passagens. Tal obrigatoriedade, portanto, está prevista na **Norma Interna n.º 01/2015**, aprovada na 2ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, realizada em 13/03/2015, por meio do item 7.2, que estabelece:

“As propostas de concessão de diárias e passagens nacionais e internacionais serão processadas por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP”

8.8. No que tange aos **serviços de hospedagem**, que integram a totalidade da solução pretendida, verificamos as seguintes características:

8.8.1. Conforme o **Caderno Setorial ETENE, Ano 3, Edição n.º 53**, de novembro de 2018, a cadeia produtiva do setor turístico tem como principais atores as agências de turismo, as operadoras, os meios de hospedagem, os meios de locomoção e os turistas, sendo que esses últimos são os consumidores da cadeia. No caso da EPL, a utilização dos serviços de hospedagem se dará para fins corporativos, de maneira que os consumidores da cadeia são justamente os profissionais da estatal.

8.8.2. A hospedagem a ser intermediada pela empresa contratada consiste em uma atividade de prestação de serviços, com características bem específicas e inerentes ao nicho. Conforme o **Caderno Setorial ETENE, Ano 3, Edição n.º 53**, de novembro de 2018, *apud* Centro de Produções Técnicas – CPT, o setor hoteleiro se caracteriza da seguinte forma:

8.8.2.1. **Intangibilidade:** tratam-se de serviços que são incapazes de serem provados ou sentidos, tal como os serviços de segurança e limpeza;

8.8.2.2. **Inseparabilidade:** são os serviços que são primeiramente vendidos, e depois, são produzidos e consumidos simultaneamente;

8.8.2.3. **Variabilidade:** dependem de quem os executa e do lugar onde são executados, de maneira a ratificar a importância da qualificação da equipe de trabalho;

8.8.2.4. **Perecibilidade:** os serviços não podem ser estocados para venda futura, tal como a vaga ociosa de um hotel não pode ser vendida novamente;

8.8.2.5. **Padronização:** tem os seus serviços de arrumação e serviços de alimentos e bebidas fornecidos de forma padronizada;

8.8.2.6. **Qualificação de mão-de-obra:** é de elevada importância a seleção de corpo técnico qualificado, haja vista que a alta qualidade dos serviços garantem o sucesso do hotel.

8.8.3. Ainda conforme o Caderno Setorial SETENE, verifica-se a constituição básica das áreas dos hotéis. São elas:

8.8.3.1. **Hospedagem:** apartamentos, quartos e suítes;

8.8.3.2. **Áreas sociais ou públicas:** salas de estar, salas de TV, restaurantes, bares, salões de eventos e festas;

8.8.3.3. **Administração:** recepção, gerência, reservas, contabilidade, recursos humanos e, nas grandes redes, o setor de *marketing*;

8.8.3.4. **Área de serviço:** cozinha, lavanderia, vestiários, estoque e manutenção;

8.8.3.5. **Área de alimentos e bebidas:** câmara frigorífica, cozinha principal e de banquetes, motor gerador de energia, entre outros;

8.8.3.6. **Recreação, esportes e lazer:** quadras de esportes, campos de golfe, piscinas, parques aquáticos e salões de jogos.

8.8.4. Quanto à classificação, os hotéis se distinguem em hotéis, *resort*, hotel histórico, pousada e *flat/apart*. Em nosso caso, entretanto, é necessário frisar a definição de hotel, ainda em conformidade com o Caderno Setorial ETENE: *“estabelecimento com serviço de recepção,*

alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo do hóspede, mediante cobrança de diária". Dessarte, esclarece-se ainda que os hotéis são ordenados em categorias de uma estrela (mínimo) a cinco estrelas (máximo). Os critérios utilizados para a categorização dos hotéis em estrelas são aqueles descritos no **Anexo A – Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem**, deste ETP, e deverão ser levados em consideração quando da elaboração do Termo de Referência.

8.8.5. Sob o aspecto legal, verifica-se que a Política Nacional de Turismo, instituída pela **Lei n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008**, estabelece o registro/cadastro das empresas hoteleiras junto ao Ministério do Turismo, de forma que as empresas hoteleiras disponibilizadas para atender a necessidade da EPL devem possuir os requisitos estabelecidos no referido instrumento normativo.

8.8.6. Para o presente Estudo, as condições mínimas estabelecidas aos hotéis com categoria de uma até quatro estrelas se mostram adequadas a atender as necessidades da EPL, dispensando a utilização do serviço de cinco estrelas, obedecidos os requisitos mínimos de cordialidade e agilidade no atendimento, boa higiene, empatia, ética e integridade.

9. DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES, PREÇOS REFERENCIAIS E CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

9.1. Os quantitativos e preços referenciados no vindouro Termo de Referência deverão ser meramente referenciais, haja vista a influência de diversos fatores quando da definição do método de precificação por parte das companhias aéreas. Verifica-se, nesse sentido, conforme bem explanado por Allan Coelho Duarte, no **Boletim Legislativo n.º 38, de 2015**, que não é possível estabelecermos com exatidão o peso de cada fator no método de precificação adotado pelas empresas aéreas. Ao que pese isso, consideram-se os seguintes elementos como tendo notáveis impactos nas definições tarifárias:

9.1.1. **Custos da empresa:** estão vinculados à inflação geral da economia, ao aumento dos salários reais médios sem contrapartida na produtividade, à volatilidade da taxa de câmbio e, em menor grau, às oscilações do preço do barril de petróleo;

9.1.2. **Eficiência e produtividade da empresa:** este fator se refere aos resultados que a companhia consegue alcançar em face de seu planejamento, ou ao quanto consegue ofertar ao mercado consumidor em razão da quantidade de insumos aplicados à produção;

9.1.3. **Distância da linha aérea:** está relacionado aos gastos próprios por quilômetro adicional;

9.1.4. **O grau de concorrência presente no mercado:** quanto mais concorrência houver entre as companhias, mais forte será a tendência de elevação dos níveis de qualidade dos serviços e mais barateamento dos preços praticados pelos agentes econômicos;

9.1.5. **Intensidade de demanda:** se refere à intensidade de procura pelo serviço aéreo por parte do mercado consumidor. É geralmente influenciada pela época do ano, que pode ser de baixa ou de alta temporada, sendo também influenciada pela renda da população e pela conjuntura econômica vigente;

9.1.6. **Infraestrutura aeroportuária:** considera-se que a melhoria da infraestrutura aeroportuária está positivamente relacionada a menores custos e ao maior volume de voos;

9.1.7. **Tributação:** se refere aos tributos devidos pelas companhias aéreas em razão dos serviços oferecidos e dos insumos utilizados.

9.2. Ressalta-se, nessa esteira, o inciso VI, art. 5º, da **Portaria n.º 527, de 05/08/2019**, do Ministério da Infraestrutura/ Gabinete do Ministro, que reafirma a prevalência do princípio de liberdade tarifária nas negociações de acordos sobre serviços aéreos, sendo, portanto, *mister* considerar a não interferência estatal na definição de tarifas pelas companhias aéreas, tornando-se evidente a forte presença da autorregulação tarifária do setor.

9.3. Considera-se relevante registrar que no mês de janeiro do presente ano foi identificada na China uma nova cepa de corona vírus, formalmente designada corona vírus 2, da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV2), causadora da doença denominada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como COVID-19. A rápida propagação da doença entre os cinco continentes, com as alarmantes situações de mortes e descontrolado dos contágios, conduziu a OMS a declarar, em 11/03/2020, a pandemia da COVID-19. Tal situação conduziu diversos países a fechar fronteiras terreas, marítimas e aéreas, provocando inúmeras oscilações políticas, econômicas e sanitárias nos diversos territórios soberanos do globo, inclusive no Brasil.

9.4. Tal situação produziu, em nosso cenário, dentre outras coisas, alta do dólar, desvalorização da moeda nacional e impactos negativos na economia empresarial, inclusive das companhias aéreas que operam voos nacionais e internacionais. É esperado, portanto, segundo anúncios do Ministério da Saúde, que a situação de maior instabilidade perdure até o mês de setembro de 2020.

9.5. Dessa ordem, expecta-se que tais advenços possam impactar nos preços dos bilhetes aéreos mesmo após a redução dos níveis de propagação da doença, seja para mais ou para menos. Assim, para a definição dos quantitativos e estimativas, deve-se considerar que, ainda que não haja data certa para achatamento da curva de contágio, as crises geradas pela disseminação da COVID-19 estão fundadas em evento excepcional e isolado na história, de forma que a especulação de cálculo será realizada com base nos períodos de normalidade.

9.6. Assim, registrados os fatores passíveis de impactar a movimentação desse segmento econômico, em atendimento às diretrizes estabelecidas na **Instrução Normativa n.º 5/2017-SEGES/MP, Anexo III – Diretrizes para elaboração dos Estudos Preliminares**, itens 3.4 e 3.6 e seus subitens, vale ressaltar a validade da previsão quantitativa e financeira realizada por meio do **Despacho n.º 226/2019-COLOG/GELTI/DGE**, de 22/10/2019, que motivou o ajuste do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 21/2018, o qual terá o seu memorial de cálculo incorporado a este Estudo Técnico:

TABELA 4			
ESPECIFICAÇÕES	QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO	ESTIMATIVA POR BILHETE (R\$)	ESTIMATIVA ANUAL (R\$)
Passagens aéreas para trechos nacionais	406	1.581,41	643.676,46

9.7. No que se refere à estimativa quantitativa e financeira para trechos internacionais, considera-se também o estabelecido no mencionado instrumento de alteração contratual:

TABELA 5			
ESPECIFICAÇÕES	QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO	ESTIMATIVA UNITÁRIA DO SERVIÇO (R\$)	ESTIMATIVA ANUAL (R\$)
Passagens aéreas para trechos internacionais	53	4.591,97	243.374,41
Vouchers de seguro-viagem	53	282,58	14.976,74

9.8. Quanto ao serviço de hospedagem, que se trata de inovação aos processos de trabalho da EPL, tem-se as seguintes informações, extraídas do **Painel de viagens** para o ano de 2019, do Ministério da Economia:

9.8.1. O tempo médio de afastamento dos profissionais, quando nas viagens de interesse da EPL, foi de **2,64 dias**.

9.8.2. O quantitativo de viagens realizadas no período foi de **245 (duzentos e quarenta e cinco)** viagens.

9.9. Infere-se, portanto, dos dados supramencionados, que a média total de dias de afastamento a serviço foi de **245 viagens vezes 2,64 dias**, que resultou em **647 (seiscentos e quarenta e sete) dias de afastamento**, distribuídos entre viagens concomitantes com origem e destino variados.

9.10. Assim, temos a seguinte consolidação quantitativa e financeira de repasses, que **não serão objeto de lance** por parte das empresas licitantes:

TABELA 6			
ESPECIFICAÇÕES	QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO	ESTIMATIVA MÉDIA POR BILHETE/VOUCHER (R\$)	ESTIMATIVA MÉDIA ANUAL (R\$)
Repass: trechos nacionais: tarifas, taxas de embarque e demais taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem.	406 und.	1.585,41	643.676,46
Repass: trechos internacionais: tarifas, taxas de embarque e demais taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem.	53 und.	4.591,97	243.374,41
Repass: seguro-viagem internacional.	53 und.	282,58	14.976,74
Repass: reserva em hotéis nacionais e internacionais até 4 estrelas, por dia.	647 und.	260,00	168.220,00
TOTALIZAÇÃO ANUAL			1.070.247,61
TOTALIZAÇÃO PARA 36 MESES			3.210.749,40

9.11. Para a estimativa financeira do serviço de hospedagem, consideraremos as metodologias de pesquisa de preços definidas no art. 2º, incisos, da **Instrução Normativa n.º 3/2017-SEGES/MP**, cujo memorial de cálculo está contido no **Mapa Comparativo de Preços**.

9.12. O custo anual da contratação, portanto, está estimado na ordem de **R\$ 1.070.249,80 (um milhão e setenta mil e duzentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos)**, conforme Mapa Comparativo de Preços anexo, sendo que o custo total, pelo prazo de **36 (trinta e seis meses)**, representará a quantia de **R\$ 3.210.749,40 (três milhões e duzentos e dez mil e setecentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos)**.

TABELA 7											
CONTRATAÇÕES SIMILARES ANALISADAS											
N.º	Órgão	SRP	Pregão	UASG	Especificação da UASG	Valor homologado	Homologação	Vencedor	Agrupamento	Quant/grupos	Quant/itens
1	Ministério da Defesa	Sim	45/2018	120006	Comando da Aeronáutica Grupamento de Apoio de Brasília	R\$ 38.470.330,28	06/12/2018	Miranda turismo e representações Ltda	Agrupado	1 grupo	6 itens
2	Ministério da Saúde	Sim	11/2018	255000	Fundação Nacional de Saúde-FUNASA	R\$ 23.019.407,09	05/11/2018	Voetur turismo e representações Ltda	Agrupado	1 Grupo	6 itens
3	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	Sim	431/2018	393003	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes-DNIT	R\$ 15.223.709,63	26/02/2019	Voetur turismo e representações Ltda	Agrupado	1 Grupo	6 itens
4	Ministério da Defesa	Sim	01/2019	110404	Secretaria de Organização Institucional Departamento de Administração Interna	R\$ 17.548.128,28	24/01/2019	Apolo agencia de viagens e turismo Ltda	Agrupado	1 grupo	6 itens
5	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA	Sim	01/2019	135028	Embrapa Centro Nacional de Pesquisas Florestais	R\$ 5.781.088,72	13/03/2019	Voetur turismo e representações Ltda	Agrupado	1 grupo	2 itens
6	Ministério da Educação	Não	17/2018	153173	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	2.993.000.000	07/12/2018	Money turismo eireli	Agrupado	1 Grupo	4 itens
7	Ministério da Saúde	Não	02/2018	253002	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	R\$ 9.400.009,00	13/12/2018	Meru viagens eireli	Agrupado	1 Grupo	5 itens
8	Ministério Público da União	Não	59/2018	200200	Ministério Público do Trabalho Procuradoria Geral do Trabalho	R\$ 5.812.950,00	16/01/2019	Wtl turismo e locação Eireli	Agrupado	1 Grupo	1 item

10. DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

10.1. O parcelamento da solução buscada pela EPL não se mostra viável em razão da relação natural intrínseca dos itens que constituem o objeto da contratação. Verifica-se que as empresas agenciadoras de viagens geralmente têm em seu portfólio de serviços o agenciamento de reservas em redes hoteleiras, de forma a proporcionar ganhos de escala na negociação de diárias, tendo em vista o grande volume de clientes.

10.2. Além disso, espera-se que o agrupamento dos itens da licitação não comprometerá a competitividade do processo licitatório, mas proporcionará à EPL:

10.2.1. Redução de custos administrativos com a gestão e fiscalização de diversos contratos de natureza semelhante.

10.2.2. Celeridade e economicidade nas ações de medição, controle, pagamento, liberações e processamento.

TABELA 8		
ANÁLISE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
Critério	Decisão quanto ao parcelamento do objeto	Justificativa
Natureza dos serviços	Agrupar os serviços	O agrupamento se justifica em razão da similaridade natural dos serviços a serem contratados, isto é, os itens da contratação serão realizados de forma integralizada e sequencial, percorrendo o seguinte caminho: cotação → reserva → emissão do bilhete → emissão do <i>ticket</i> de hospedagem → realização da viagem → alteração e/ou cancelamento, se houver → ressarcimento de despesas, se houver → prestação de contas → encerramento da viagem.
Ganho de escala	Indiferente	O ganho de escala nesse tipo de serviço não é constatável, haja vista que, nos pregões eletrônicos, os licitantes costumam propostas com valores insignificantes para os itens, tal como R\$ 0,0010. Tal prática se mostra como um comportamento corriqueiro do mercado fornecedor, pois aparentemente não há cobrança pelos serviços de agenciamento, que incluem: cotação, reserva, emissão, cancelamento e/ou alteração ou reembolso.
Operação dos serviços	Agrupar	Os serviços objeto da contratação envolverão a prestação de serviços executados de forma remota, isto é, que não exigem o engajamento presencial da empresa contratada nas dependências da EPL para cumprimento do objeto principal. Dessa forma, salvo em situações excepcionais, a contratada poderá estar localizada em qualquer parte do território nacional, haja vista que as comunicações poderão ser realizadas por meio de central telefônica, correio eletrônico ou outro sistema eletrônico de comunicação. Assim, o agrupamento dos serviços proporcionará melhor operacionalização dos serviços, tendo em vista que a realização fragmentada comprometerá os processos de comunicação e gestão, impactando no alcance dos resultados pretendidos.
Prática adotada pela Administração Pública	Agrupar	Conforme se depreende da análise do presente Estudo Técnico Preliminar, bem como de toda a instrução processual, nota-se que é prática comum nos órgãos e entidades que integram a Administração Pública o agrupamento dos serviços dessa natureza. Assim, a fim de manter a EPL alinhada à sistemática adotada pelos semelhantes, confirma-se que é a melhor decisão a ser seguida.
Local dos serviços	Agrupar	O controle e fiscalização dos serviços serão exercidos exclusivamente pela Coordenação de Logística, da Gerência de Logística e Tecnologia da Informação, por meio de profissionais designados mediante ato administrativo, de acordo com as definições do Regulamento de Gestão e Fiscalização de Contratos da EPL.

10.3. Conforme evidenciado por meio da tabela n.º 8, o projeto de agrupamento dos serviços se encontra alinhado à prática adotada por vários outros órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Federal, de forma que, por todo o exposto, concluímos pela adoção do agrupamento dos serviços objeto da contratação, considerando que isso resultará em benefícios operacionais e econômicos, tais como a redução de ruídos de comunicação e o aumento dos níveis de celeridade e economicidade executórios.

11. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

11.1. Da execução da contratação, esperam-se os seguintes resultados:

11.1.1. Diminuição dos valores de repasses referentes as diárias aos profissionais que realizarão viagens a serviço, tendo em vista que a hospedagem, e passagens poderão ser custeados diretamente pela EPL.

11.1.2. Acompanhamento integrado dos serviços contratados, com a consequente simplificação das tarefas atinentes à fiscalização do contrato.

11.1.3. Ganhos de escala por meio da redução dos custos de execução dos serviços de agenciamento, sendo os repasses os itens de maior impacto financeiro para a contratação.

11.1.4. Ganhos de mão-de-obra, haja vista que para a execução de todos os serviços objeto do contrato serão designados apenas um fiscal titular e seu substituto.

11.1.5. Atendimento de demandas de emissão de bilhetes de passagem para viagens nacionais e internacionais.

11.1.6. Contribuir para o alcance dos objetivos e missão institucionais da EPL.

11.2. Além disso, a adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP proporcionará, com a criação de uma Ata de Registro de Preços, os seguintes benefícios à EPL:

11.2.1. Possibilidade de compra progressiva dos itens do contrato.

11.2.2. Ausência da exigência de disponibilidade de recursos no momento de realização da licitação.

11.2.3. Ganhos de celeridade na aquisição dos serviços.

11.2.4. Aumento da competitividade.

11.2.5. Facultatividade de aquisição do objeto do objeto licitado.

- 11.2.6. Evitar multiplicidade de licitações para um mesmo objeto.
- 11.2.7. Possibilidade de impugnação dos preços constantes do Registro por qualquer cidadão, ampliando a capacidade fiscalizatória do contrato.
- 11.2.8. Melhoria da Eficiência administrativa.

12. DAS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA EPL

- 12.1. Há a necessidade de providências especiais para adequação do ambiente da EPL para execução dos serviços, sendo requisitos mínimos necessários para o cumprimento do contrato:
- 12.1.1. Acesso ininterrupto à conta de *e-mail* institucional, inclusive por *webmail*, de forma a permitir o acesso externo às funcionalidades de envio, recebimento, arquivamento e consulta a mensagens eletrônicas.
- 12.1.2. Computadores com *softwares* licenciados para utilização das principais plataformas de produtividade, consideradas requisitos mínimos: *Microsoft Office (Word, Excel, Access, Outlook, Skype for Business)*, *Bizagi Modeler* e *Adobe Acrobat Reader*.
- 12.1.3. Acesso à rede interna da EPL, com permissões para criação, modificação e exclusão de arquivos nas pastas em que estarão armazenados os arquivos de gestão e controle do contrato e documentos de registro e comunicação.
- 12.1.4. Ramal telefônico habilitado para realizar e receber ligações externas, inclusive interurbanas e internacionais, quando for o caso.
- 12.1.5. Indicação dos servidores que podem compor a equipe de fiscalização do contrato;
- 12.1.6. Qualificação dos profissionais responsáveis por fiscalizar o contrato.

13. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 13.1. Na presente situação, as contratações correlatas e/ou interdependentes, capazes de impactar na execução do objeto principal da pretensa contratação, são as seguintes:
- 13.2. Verifica-se também a necessidade de provimento contínuo de acesso à internet de alta disponibilidade para a realização adequada do objeto do contrato. Tal contratação já se encontra vigente no âmbito da EPL por meio do **Contrato n.º 10/2019**, celebrado entre a **Empresa de Planejamento e Logística** e a **Associação GigaCandanga**, cujo objeto é a contratação para rateio de custos envolvidos na gestão, operação e manutenção da GigaCandanga REDECOMEP-DF, que faz parte do Sistema da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, visando o aproveitamento da infraestrutura disponível para todas as instituições participantes, incluindo a EPL, especialmente o acesso à infraestrutura de comunicação de dados avançada e com alta capacidade (acesso à internet).
- 13.3. Constata-se ainda que o **Contrato n.º 15/2018**, firmado entre a **EPL** e a empresa **Telefônica Brasil (Vivo)**, cujo objeto se constitui na prestação de Serviço Telefônico Fixo-Comutado – STFC (fixo-fixo e fixo-móvel, local e longa distância e internacional) por meio de entroncamento E1, com disponibilização de ramais DDR – Discagem Direta e Ramal, possui relevante impacto na execução dos serviços objeto da pretensa contratação, tendo em vista que as ligações telefônicas, seja para destinos locais, nacionais ou estrangeiros, se constituirão em ferramentas de comunicação constante entre EPL-CONTRATADA-USUÁRIO.
- 13.4. Por fim, verifica-se a existência do **Contrato n.º 03/2020**, celebrado entre a **EPL** e a empresa **3R Construções e Serviços EIRELI**, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de assistente administrativo, de contínuo e de secretária-executiva, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Tal contratação, como se vê, proverá a EPL, dentre outras coisas, de profissionais de apoio administrativo que, entre outras atividades, realizarão o tratamento de relatórios, formulários, planilhas, acompanhamento de processos administrativos de pagamento, atendimento a fornecedores e apoio logístico. Essas tarefas englobam o auxílio necessário ao controle e à administração da relação jurídica oriunda da contratação que surgirá a partir do presente Estudo.

14. DOCUMENTOS ANEXOS E COMPLEMENTARES

- 14.1. **ANEXO A** - Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SEI [2534893](#)).
- 14.2. **ANEXO B** - Mapeamento e tratamento de riscos (SEI [2534894](#)).

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 15.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída por meio do Documento de Formalização de Demanda - DFD e tratativas posteriores, tendo em vista a modificação da equipe no decorrer do processo.
- 15.2. Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de TIC:

INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
<p>(assinado eletronicamente)</p> <p>Integrante Requisitante</p> <p>Assistente II</p> <p>Breno Almeida Souza</p> <p>SIAPE: 3051885</p>	<p>(assinado eletronicamente)</p> <p>Integrante Administrativo</p> <p>Coordenador de Licitações</p> <p>Hugo Marcus Silva Teixeirense</p> <p>SIAPE: 1791489</p>
<p>AUTORIDADE MÁXIMA DA GERÊNCIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</p>	

*(assinado eletronicamente)***Coordenadora de Logística**

Ana Lilia Lima dos Santos

SIAPE: 1701206

*(assinado eletronicamente)***Gerente de Logística e Tecnologia da Informação**

Diogo Campos Borges de Medeiros

SIAPE: 1063600



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lilia Lima dos Santos, Coordenador(a)**, em 19/06/2020, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Breno Almeida Souza, Assistente II**, em 19/06/2020, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Marcus Silva Teixeira, Coordenador(a)**, em 20/06/2020, às 20:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Campos Borges de Medeiros, Gerente**, em 23/06/2020, às 19:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2485137** e o código CRC **994EE314**.



Referência: Processo nº 50840.000073/2020-30



SEI nº 2485137

Via W4 Sul, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C 8º andar - Bairro Asa Sul
Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: (61) 3426-3719 - www.epl.gov.br

Criado por [breno.souza](#), versão 97 por [ana.santos](#) em 19/06/2020 18:17:59.